

LÍNGUA, POLÍTICA E RELIGIÃO: A TRIÁDE DA RESISTÊNCIA REVELADA NO *ETHOS* COLETIVO

Erico Gléria

Doutorando em Letras/Universidade Presbiteriana Mackenzie

Mestre em Letras/Universidade Presbiteriana Mackenzie

RESUMO

Muitas são as formas de se inscrever no próprio discurso, e a noção de *ethos* será a base de nossas reflexões. Neste trabalho, pautamo-nos pelas considerações de Maingueneau e suas contribuições acerca da Análise do Discurso. Compõem nosso objeto de estudo os textos produzidos por alunos do primeiro ano do primeiro curso de filosofia na Universidade Nacional de Timor Lorosa'e em Timor-Leste, uma ilha no sudeste asiático, marcada por uma história de resistência, que se reflete diretamente nos textos analisados. Nossas considerações finais apontam a existência de um *ethos* coletivo que se divide em religioso e político, sendo legitimado pelo próprio contexto no qual as produções são construídas.

Palavras-chave: Análise do Discurso. Timor Leste. Educação.

INTRODUÇÃO

Estabelecer as fronteiras entre o ser e o parecer se faz, cada vez mais, uma árdua tarefa. E, em se tratando de discurso, isso ganha especial significado devido à possibilidade de articulação das ferramentas intradiscursivas que alteram o sentido pretendido, da perspectiva do enunciatário. Além disso, é interessante observarmos que Aristóteles, já no segundo livro da *Retórica*, aborda essa questão e aponta, também, algumas marcas extradiscursivas:

Quanto aos oradores, eles inspiram confiança por três razões; as que efetivamente, à parte as demonstrações, determinam nossa crença: a prudência (*phronesis*), a virtude (*aretè*) e a benevolência (*eunoia*). Se, de fato, os oradores alteram a verdade sobre o que dizem enquanto falam ou aconselham, é por causa de todas essas coisas de uma só vez ou de uma dentre elas: ou bem, por falta de prudência, eles não são razoáveis; ou, sendo razoáveis, eles calam suas opiniões por desonestidade; ou, prudentes e honestos, não são benevolentes; é por isso que podem, mesmo

conhecendo o melhor caminho a seguir, não o aconselhar (retirado de MAINGUENEAU, 2006, p.13)

A confiança inspirada no discurso por seus oradores, bem como a alteração de sentido na mensagem por conta de algumas escolhas de ordem intra ou extradiscursiva são elementos que subsidiaram e deram rumos a este trabalho.

Maingueneau (2006), em seus estudos sobre a constituição do *ethos*, aponta algumas dificuldades com as quais nos deparamos quando nos propomos a trabalhar com esse conceito, que, embora seja muito intuitivo, necessitaria ser analisado em sua concretude.

O objeto selecionado para este estudo são as produções de texto dos alunos do primeiro ano do curso de filosofia da Universidade Nacional Timor Lorosa'e (UNTL doravante). A partir deles, propomo-nos a estabelecer as aproximações entre os discursos analisados e a inscrição do *ethos* nas produções, e a aproximação entre os textos, sugerindo um *ethos* coletivo, considerando o cenário local e suas peculiaridades, também, as semelhanças entre as produções que eventualmente apontem para um *ethos* comum ou *ethos* coletivo. Para tal, é necessária uma compreensão da realidade na qual os textos foram produzidos, bem como de quem os produziu.

O CENÁRIO DAS PRODUÇÕES E SEUS ATORES

A mais longínqua das colônias portuguesas, Timor-Leste, em 20 de maio de 2012, comemora dez anos de retomada da sua independência. Independência com dupla significação; primeiro, Timor-Leste se torna independente de Portugal em 1975, mas, no mesmo ano, o país é invadido pelas tropas indonésias que o governaram até 1999.

Em 1999, um referendo é realizado, e a população opta pela independência de Timor-Leste. A Indonésia, ao ver-se derrotada nas urnas, promove uma trágica retirada, deixando um caminho de destruição e mortes na memória dos timorenses. E o caos se instala, sendo necessária, mais uma vez, intervenção externa: a da ONU.

No mesmo ano de 1999, chegam as forças de paz, que tiveram o brasileiro Sérgio Vieira de Mello como representante maior das Nações Unidas durante o período de administração transitória – 1999 até 2002 –, a partir de quando haveria a eleição legítima de um representante para a recém-criada República Democrática de Timor-Leste. Contudo, até a retomada da

independência, a história de Timor-Leste registra vários momentos conturbados seja do regime português, seja do regime indonésio.

O governo indonésio, muito mais que o português, foi um regime de extrema opressão, inclusive em termos linguísticos. Como a língua indonésia era a única aceita para a comunicação, o povo timorense vê-se obrigado a aprender um novo idioma da noite para o dia.

As escolas pararam de ensinar em português. Professores timorenses são substituídos por indonésios. Praticamente a língua portuguesa foi banida de todos os espaços, exceto nas celebrações religiosas, em que a igreja católica, predominante em Timor-Leste, realizava seus ritos em português. Foram 24 anos de governo indonésio que roubaram a identidade do povo timorense, tirando-lhes algo fundamental para um povo: sua língua. Com sua perda, a identidade, a cultura – enfim, o sentimento de pertença – ficam desestabilizados, algo que pode ser notado nas palavras do primeiro presidente eleito do país:

A opção política de natureza estratégica que Timor-Leste concretizou com a consagração constitucional do Português como língua oficial a par com a língua nacional, o Tétum, reflecte a afirmação da nossa identidade pela diferença que se impôs ao mundo e, em particular, na nossa região onde, deve-se dizer, existem também similares e vínculos de carácter étnico e cultural, com os vizinhos mais próximos. Manter esta identidade é vital para consolidar a soberania nacional. (GUSMÃO, 2002, p. 8)

Foi com a retomada da independência que o português volta à baila, ganhando *status* de língua oficial ao lado do Tétum, a língua nacional. Assim, gradativamente, o português passa a fazer parte do currículo escolar timorense, todavia, por ficar proibida durante 24 anos, deixa de ser língua materna para os nascidos durante o regime indonésio. Esse fato gera uma situação linguística singular: alunos que falam língua indonésia e Tétum agora necessitam aprender mais um idioma, que, por força da lei, torna-se uma obrigação, além, é claro, de um direito.

Ainda que na lei esteja marcada a decisão sobre qual será o idioma de um país, ela não consegue dar conta da função social desta escolha, ou seja, não é por força de um decreto que esta ou aquela língua passará a ser usada por todos e com a devida propriedade que se suponha de uma língua em seu uso fluente. Essa delicada situação linguística é apenas um dos reflexos da complexa situação vivida por aqueles que nasceram após 1975, com anos marcados por dois grandes conflitos internos: a retirada das tropas indonésias após um grande massacre, e a retirada

das forças das ONU em 1996, que provocou instabilidade política e uma série de ataques. Nos dois eventos, a população viu-se obrigada a se refugiar em áreas longe dos conflitos, na região montanhosa do país.

Com um histórico tão conturbado, em meio a dois conflitos que originaram perdas irreparáveis, danos incalculáveis e feridas para sempre abertas na memória desse povo, não é difícil supor que o nível de escolarização desta geração pós 1975 esteja longe dos padrões desejáveis. Isso deve ser considerado no momento de analisar os textos que compõem o *corpus* de nosso artigo.

REFLEXÕES ACERCA DA NOÇÃO DE *ETHOS*

Ter a palavra, como é sabido, implica necessariamente a construção de uma imagem de si no discurso, sem que para isso o enunciador se faça claramente presente. São suas escolhas de palavra, de tom, de nuances que vão ajudar o enunciatário a desenhar uma imagem do enunciador, verdadeira ou não. Amossy (2006, p. 46) explica que “assim, deliberadamente ou não, o locutor efetua em seu discurso uma apresentação de si”.

De forma bastante despretensiosa, podemos afirmar que a noção de *ethos* acontece no momento da enunciação, sendo possível ainda uma impressão bastante subjetiva. Como aventado na introdução deste estudo, trata-se da inscrição do enunciador no e pelo discurso, com base nas opções presentes no próprio discurso. São as marcas discursivas que permitem ao enunciatário criar suas considerações acerca do enunciador.

Maingueneau (2006) revisita o conceito de *ethos* proposto por Aristóteles para afirmar que este é a imagem de si no discurso. Entretanto, a Análise do Discurso (AD) vai além dos preceitos estabelecidos pela retórica, uma vez que propõe-se a analisar as imagens desenhadas pelos enunciadores no e pelo discurso, baseando-se em todas as manifestações discursivas.

Os estudos mais recentes sobre o *ethos*, segundo Maingueneau, criam a possibilidade de se pensar a inscrição do sujeito no discurso de maneira mais ampla. Da mesma forma, ao enunciatário é dada a possibilidade de estabelecer adesão a um determinado posicionamento discursivo. A inscrição, que parte do enunciador, e a adesão, que parte do enunciatário, acontecem não apenas com base nos elementos internos ao texto, mas também, nos externos.

Cria-se, então, uma cadeia de troca de elementos capaz de possibilitar a inscrição e a adesão internos e/ou externos ao discurso. Nesse sentido, Maingueneau propõe:

Vê-se que o *ethos* é distinto dos atributos “reais” do locutor. Embora seja associado ao locutor, na medida em que ele é a fonte da enunciação, é do exterior que o *ethos* caracteriza esse locutor. O destinatário atribui a um locutor inscrito no mundo extra-discursivo traços que são em realidade intradiscursivos, já que são associados a uma forma de dizer. Mais exatamente, não se trata de traços estritamente “intradiscursivos” porque, como vimos, também intervêm, em sua elaboração, dados exteriores à fala propriamente dita (mímicas, trajés...). (MAINGUENEAU, 2006, p.14)

Sendo assim, a ponte que une o *ethos* ao enunciador se faz por meio das escolhas linguísticas, as quais, por sua vez, permitem ao enunciatário desenhar suas impressões a respeito do enunciador, ainda que os elementos externos ao texto também possibilitem uma construção do *ethos*. Nas palavras de Maingueneau (2006),

o *ethos* se elabora, assim, por meio de uma percepção complexa, mobilizadora da afetividade do intérprete, que tira suas informações do material linguístico e do ambiente. Há ainda algo mais grave: se se diz que o *ethos* é um efeito de discurso, supõe-se que podemos delimitar o que decorre do discurso; mas isso é muito mais evidente para um texto escrito do que numa situação de interação oral. Há sempre elementos contingentes num ato de comunicação, em relação aos quais é difícil dizer se fazem ou não parte do discurso, mas que influenciam a construção do *ethos* pelo destinatário. (MAINGUENEAU, 2006, p.17)

A imagem das impressões do enunciatário sobre o enunciador vão originando os traços de personalidade atribuídos a este. Ocorre, então, o fenômeno da materialização discursiva do enunciador por meio dos elementos discursivos disponíveis, o que pode gerar os aspectos de confiança e verdade na enunciação. Temos, assim, o *ethos* fiador, aquele que confere verdade ao discurso.

Nessa perspectiva, confirmamos que a noção de *ethos* sempre esteve muito ligada ao texto oral, em que fica mais fácil entender como as nuances de tom, de pronúncia e a linguagem corporal poderiam influenciar na construção do *ethos*. Nos estudos de AD praticados por Maingueneau, aspectos relacionados à oralidade foram estendidos a todos os tipos de texto, fato que nos permite recorrer a esta concepção de *ethos* para analisarmos as produções textuais.

A INSCRIÇÃO DE UM *ETHOS* COLETIVO

Ao analisarmos os textos dos estudantes, notamos alguns aspectos que se repetem de modo a indicar a existência de um *ethos* coletivo. Um dos pontos em comum está no modo como todos os graduandos iniciam seu texto ou fala: “Obrigado pelo tempo que dá pra mim”. Essa frase é bastante representativa da especificidade desse cenário de enunciação. Numa simples afirmação, estão marcados os pressupostos da democracia e os resquícios da subserviência deixada pelos anos de dominação indonésia. Afinal, há um respeito pelo direito à palavra e, ao mesmo tempo, a indicação de que é necessário agradecer pelos poucos momentos em que se pode falar.

Além do que já vimos sobre as marcas deixadas pelo período de dominação indonésia, é necessário aqui considerar aquilo que está na base do seu sistema de educação, pois isso se reflete, ainda hoje, nos textos analisados em nosso artigo. Nesse sentido, Bolina (2005) destaca os fundamentos da moral indonésia:

Os 5 princípios da moral indonésia são: Deus, Humanidade, Unidade Nacional, Democracia e Justiça Social. Julgo que estes princípios parecem conter potencialidades para sustentar a construção social e política de um País e, conseqüentemente, enquadrar a formação de um bom cidadão. Só que, como já atrás referi, em Timor, esses princípios e práticas educativos não passavam de retórica oficial, ou seja, eles ficavam somente no papel. (BOLINA, 2005, p. 189)

De alguma forma, esses cinco princípios da moral indonésia foram assimilados pelos autores dos textos analisados, quer na sua fala, quer na redação. Concordamos com Bolina que esses princípios não passam de retórica; no entanto, vamos por outro caminho e pensamos, então, o conflito: repressão X liberdade de expressão.

Os textos analisados são fontes vastas de registro desse conflito. A marca desta repressão X liberdade se dá mesmo de formas, aparentemente, ingênuas. Outra frase bastante recorrente nos textos: “... pra ajudar a nação Timor-Leste” ou “... pra construir nação Timor-leste” e como resposta à pergunta: Para que estudar filosofia? As intenções mais colocadas “Estudar filosofia para desenvolver nação Timor-Leste”. O mais curioso que, ao serem questionados sobre como

poderiam ajudar o Timor Leste, os graduandos não apresentaram nenhuma resposta, o que evidencia o discurso repressor travestido de libertador, bem como fomenta várias incoerências ao longo dos textos, sustentando Bolina quando afirma que os princípios indonésios não passaram de retórica oficial.

Ao término de um ciclo de dois temas de produção textual: a) A posição social das mulheres em Timor-leste e b) Fatos marcantes de uma vida, foram observadas algumas recorrências nas ideias apresentadas, as quais nos levaram a dividir as produções de acordo com dois grupos discursivos: o discurso político e o discurso religioso.

O discurso político

O discurso político, fortemente marcado nas produções, se faz presente mesmo em espaços aparentemente não oportunos. Toda produção oral ou escrita está carregada de elementos de forte acento político.

No processo de inscrição e constituição da noção de *ethos*, Charaudeau (2006) propõe quatro estratégias básicas para a efetiva criação do *ethos* político: a promessa, a decisão, a justificação e a dissimulação. Essas características estão presentes nos textos analisados, permitindo que o *ethos* pseudo politizado e/ou politizador assumam um lugar de destaque frente a quaisquer outras possibilidades.

Em um texto cuja temática era “A posição social da mulher em Timor-Leste”, em 25% deles estava indicado que as mulheres tinham que ajudar seus maridos a desenvolverem a nação de Timor-Leste: “papel de mulher é ficar em casa e ajudar marido a desenvolver nação Timor-Leste” ou “os jovens tem que trabalhar pra fazer nação Timor-Leste melhor, ajudar na política e construir nação mais justa” e ainda “estudar filosofia, pois no partido não tem mulheres com filosofia e filosofia pode ajudar nação”. É curioso notar como os dois últimos exemplos desviaram-se totalmente da proposta de produção, fazendo surgir, mais uma vez, o desenvolvimento da nação como foco das preocupações.

Retomando Charaudeau (2006) na leitura dos exemplos anteriores, vemos que ali todos os elementos caracterizadores do *ethos* político encontram-se representados. A simples oração: “os

jovens tem que trabalhar para fazer nação Timor-Leste melhor” já está marcada pela justificação, promessa e decisão.

A justificação encontra lugar naquilo que motiva o trabalho, já que não se trata de um trabalho como forma de subsistência, de manutenção da vida, mas sim em algo a mais: é um trabalho que visa a uma transformação, de construção da nova nação. A promessa, por sua vez, está inserida no subtexto, uma vez que, se o jovem trabalhar, ele certamente fará de Timor uma nação melhor e mais justa. Já a decisão é materializada na própria escolha pelo trabalho, em que, como salientamos, levará à construção de uma nação melhor.

Em outra proposta de redação, voltada para uma narração acerca de fatos marcantes da vida, lemos, por exemplo:

Os comandantes que morreram para dignificar o povo e a nação Timor-Leste no tempo passado, muito importa para a minha vida, por isso eu comecei a estudar na UNTL junto com os meus companheiros para gritarmos pela justiça. A caridade e o sacrifício deles pela nação Timor-Leste ainda não foi reconhecida pelo atual governo, portanto sou da nova geração que luta muito pela nação Timor-Leste (Excerto do texto 1)

Nesta parte, a decisão se manifesta de forma bastante clara “sou da nova geração que luta muito pela nação Timor-Leste”. A decisão não é apenas de lutar, é de lutar, e muito, por um ideal comum a todos. A inscrição do *ethos* político transcendeu o texto, alcançando aspectos não verbais. O autor, desejando reforçar o seu comprometimento, incluiu fotos que corroboram o texto verbal:



O mesmo autor continua explorando ao máximo sua liderança e se colocando diretamente na posição de líder, legitimando seu discurso em decorrência de sua consternação com o fato relatado:

A minha maior tristeza que mais motivar-me para lembrou a nossos combatentes que deixaram a vida pessoal obrigatoriamente pelos militares Indonésios... a invasão e a ocupação da Indonésia em Timor-Leste é ilegal porque desde 1975 Timor-Leste já proclamado independente. (Excerto do texto 1)

O nome do país, constantemente acompanhado pelo reforço de que se trata de uma nação, serve de justificação, a qual vai, ao longo do texto, legitimando seu autor, ou, para pensarmos em termos mais adequados, seu orador. O *ethos* político se vai inscrevendo ao longo de toda a produção. Assim, quando o texto foi lido, outros elementos extratextuais – tom, gestos, postura – foram mobilizados para efetivar o *ethos* almejado.

Não se trata de afirmações que o autor pode fazer a respeito de sua pessoa no conteúdo do seu discurso – afirmações que, ao contrário, correm o risco de chocar o auditório –, mas da aparência que lhe conferem a cadência, a entonação, calorosa ou severa, a escolha das palavras, dos

argumentos... Em minha terminologia, direi que o ethos está associado a L, o locutor como tal: é na medida em que é fonte da enunciação que ele se vê revestido de certos caracteres que, em consequência, tornam essa enunciação aceitável ou refutável. (MAINGUENEAU, 2004, p. 13)

A questão política nos textos analisados apresenta-se como uma presença constante e legítima, justificada pelos estudantes por retomarem um passado ainda muito presente. Afinal, um país de apenas dez anos, contados apenas desde a independência, é um espaço aberto para a construção desse *ethos* político em diversos espaços, inclusive nas produções acadêmicas.

O discurso religioso

A igreja católica em Timor tem um papel de muita importância na preservação da língua portuguesa. Durante os anos de dominação indonésia, essa instituição era uma das poucas, senão a única, que mantinha a língua portuguesa em uso, mesmo que com algumas restrições dado o novo regime de governo e suas imposições.

A igreja católica, por realizar suas celebrações em português, estava relacionada a uma espécie de resistência simbólica, um espaço de liberdade para o uso livre de uma língua diferente daquela trazida pelo dominador indonésio. Talvez, devido a esse papel constitutivo na identidade timorense, haja tamanha marcação do discurso religioso nos textos analisados. Vejamos:

[...] foi quando meu marido teve um sopro divino e resolvemos fazer uma novena para a virgem Maria pois somente ela será capaz de nos ajudar. Então recorremos a ela, e como já sabíamos fomos ouvidos e atendidos [...]. (Excerto do texto 2)

Mais uma vez, notamos as marcas do discurso religioso se fazendo presente em um contexto que não seria exatamente legítimo. Há uma preocupação constante entre os autores de registrar seu agradecimento, seja qual for o motivo, à divindade. Não raro os textos começam “... obrigado a virgem por eu estar aqui, obrigado a Deus...” ou “Quero primeiramente agradecer a Deus...”, o que assinala as fortes referências ao sagrado.

O uso das metáforas para a morte também evidenciam o transcendente “meus pais já estão na casa do Pai com a Virgem”. O discurso religioso e o uso da língua portuguesa, em Timor, sempre estiveram intimamente ligados, como aponta Costa:

A principal via de difusão do português em Timor-Leste foi a da missionação. Durante os primeiros cento e cinquenta anos foram os missionários que se ocuparam do ensino, desenvolveram o primeiro manual bilíngue (Cartilha Tétum, P.e Laranjeira, 1916) para ensinar Português. Foram ainda os missionários que implementaram as escolas primárias, fundaram a Escola de Professores Catequistas, a Escola de Artes e Ofícios e o Seminário Menor. (COSTA, 2003, p. 614)

A igreja católica, uma das grandes responsáveis pela manutenção da língua portuguesa durante o período indonésio, é da mesma forma responsável pela difusão e permanência do discurso religioso na sociedade timorense. Isso se deve ao fato de, ao longo dos séculos de ocupação portuguesa, a instituição ter inculcido no povo timorense algumas “verdades”, entre as quais:

É assim, como outros povos espalhados pelo Globo, que também os povos de Timor Lorosa’e, que falam os variados dialectos ou línguas, constataam e agradecem que o alfabeto da língua portuguesa, trazido pelos missionários portugueses, os tenha ajudado a transformar em linguagem escrita as suas lendas e histórias e a preservar, incluso, a existência destes dialectos. (FELGUEIRAS, 2001, p. 44)

Quando Felgueiras, que é padre, diz que o povo timorense “... constata e agradece...”, mais uma vez, está reforçando, ainda que indiretamente, o uso do discurso religioso. O alfabeto referido foi trazido por missionários, logo o agradecimento deve ser a Deus que os enviou. A respeito da chegada dos missionários, Antunes afirma que

[...] os de terra, cheios de pavor, gritaram para que parasse pois não queriam ir para Portugal, respondendo o homem da batina que só parariam o barco se autorizassem o seu desembarque e quisessem ouvir os mandamentos de Deus que ali os trouxera. Os régulos e o povo concordaram numa só voz, pelo que o missionário voltou a terra, tendo os da nau cortado a amarra e seguido a sua rota. Pouco tempo depois o régulo e muita outra gente aceitavam os mandamentos de Deus e convertiam-se ao cristianismo, que a breve trecho se espalhou pela ilha. (ANTUNES, 2003, p. 45)

É interessante como o excerto acima coloca os missionários como enviados de Deus, de modo que o povo timorense tivesse a obrigação de ouvi-los, pois traziam a palavra do criador, a

palavra do divino, que, claro, estava em português. Podemos notar, assim, que o poder da língua portuguesa nos perímetros religiosos é vasto especialmente por sua relação com o sagrado.

Se considerarmos a igreja como elemento de resistência frente ao dominador indonésio e a língua portuguesa como uma das armas mais poderosas no combate ao invasor, aquela, que, nas palavras de Ruak (2001, p.35), “era uma das armas para contrapor à língua malaia no âmbito da luta cultural”, não fica difícil tecer as pontes que unem o discurso cotidiano do povo timorense ao discurso religioso.

O *ethos* religioso, presente no discurso cotidiano, tem, na verdade, uma amplitude que ultrapassa os contornos históricos, porque também tem forte marca simbólica. A inscrição do *ethos* religioso perpassa todos os outros que se fazem presentes no uso da língua, visto que traz, em si, a preservação do idioma e, mais do que isso, do próprio direito de utilizá-la. É por essa razão que a inscrição e a constituição de um *ethos* religioso vão além dos muros da igreja, estando fortemente marcado, inclusive, onde não seria de se supor sua presença: em produções acadêmicas, dentro de instituições laicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em uma realidade tão singular como a timorense, há de se levar em conta todo o percurso histórico vivido, que nos chega pelas palavras dos autores. Está registrada, de um lado, uma infância em meio a duas guerras civis; e, de outro, a retomada da democracia, que, em 2012, completou dez anos. São textos que, na sua essência, já são ricos em material de análise para a AD, sobretudo quando temos a oportunidade de ser, também, professores desses autores, o que nos permite criar uma noção de *ethos* também com os elementos extradiscursivos.

Os textos revelaram as marcas de um regime político que, ao longo dos anos de retomada do poder, cultivou na população um enorme sentimento nacionalista e de ajuda coletiva em prol da nação, com cidadãos conscientes de seu papel transformador em um regime democrático. As produções revelaram também que esse *ethos* político se manifesta de forma extremamente respeitosa, sem qualquer espécie de ataques aos adversários. As análises revelaram também um *ethos* religioso que permite respeitar o próximo, a si e o momento. Seja qual momento for, há de ser respeitado, e todos os ouvintes devem ser reconhecidos e agradecidos.

Por fim, os textos apontam na direção da reconstrução, que ocorrerá por caminhos pautados nos ditames da democracia, com legitimação dos líderes por meio do voto direto. Os ventos não sopram em direção aos ressentimentos do passado, mas sim, rumo à reconstrução e aos novos tempos. O passado como memória e resistência se faz presente no *ethos* religioso, o futuro como construção no *ethos* político. Os dois revelam caminhos de um *ethos* timorense: com suas tradições e anseios.

REFERÊNCIAS

- AMOSSY, Ruth. *Imagem de si no discurso*. São Paulo: Contexto, 2006.
- ANTUNES, Ricardo Jorge Ferreira. *A Língua Portuguesa em Timor Lorosa'e – Contributos para a sua Didáctica*, Dissertação de Mestrado em Didáctica das Línguas. Aveiro, Universidade de Aveiro, 2003.
- BOLINA, M. Timor e a Língua Portuguesa no seu Projecto Educativo. *Revista Lusófona de Educação*, v.6, p.179-193, 2005.
- COSTA, Luiz. *Línguas de Timor*. Dicionário Temático da Lusofonia. Lisboa: Texto Editores, 2003.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. Tradução Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2006.
- FELGUEIRAS, Pe. João. *As raízes da resistência*. Camões – Revista de Letras e Culturas Lusófonas, n. 14 Jul-Set. Lisboa, Instituto Camões, 2001.
- GUSMÃO, Xanana. “Alocução do Presidente Xanana Gusmão, proferida em Brasília, no dia 1 de agosto de 2002, durante a IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP”. Disponível em: www.cplp.org/noticias/ccegc/di7.htm. Acesso em: 05.mar.2012.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. Tradução de Cecília P. de Sousa. Décio Rocha. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- MAINGUENEAU, Dominique. A propósito do *ethos*. In MOTTA, Ana Raquel. SALGADO, Luciana (orgs.) *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2006.
- RUAK, Taur Matan. A importância da língua portuguesa na resistência contra a ocupação indonésia. In *Camões – Revista de Letras e Culturas Lusófonas*, n. 14 Jul-Set 2001, Lisboa, Instituto Camões, 2001.

ABSTRACT

There are many ways to enroll yourself in the speech, and the ethos notion will be the basis of our thoughts. This work is referring to the Maingueneau considerations and their contributions on speech analysis. Our studies are based on texts produced by the students of the first year in the first Philosophy course at the National University of East Timor, in East Timor, an island in Southeast Asia characterised by a resistance history, which is directly reflected in the analyzed texts. Our conclusions point to the existence of a collective Ethos that is divided into religious and political views, being legitimized by the own context in which the productions are created.

Key words: *Speech analysis. East Timor. Education.*

Envio: Setembro/2013

Aprovado para publicação: Outubro/2013